

A (RE)ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM GUAÍRA APÓS O FIM DAS SETE QUEDAS

The space (re)organization in Guaíra after the end of “Sete Quedas”

Edson Belo Clemente de SOUZA¹

José Flávio Marques da SILVA²

RESUMO

Este artigo analisa a (re)organização do espaço no município de Guaíra/PR após a formação do Lago de Itaipu, com a consequente imersão dos saltos das “Sete Quedas”. A partir do impacto socioambiental promovido pelo alagamento, uma nova fase de desenvolvimento vai ser implementada em Guaíra com base nos Planos Diretores de 1980 e 1992, reorganizando, em corolário, o espaço geográfico de Guaíra.

Palavras-chave:

Planos Diretores; (Re)organização espacial em Guaíra; Atividade turística; Sete Quedas.

ABSTRACT

This article analyses the space (re) organization in the municipality of Guaíra – PR after the formation of Itaipu Lake with consequent immersions of the “Sete Quedas”. Due to the socio-environmental impact caused by the flood, a new phase of development is going to be implemented in Guaíra based on the Directory Plans of 1980 and 1992, reorganizing the geographic area of Guaíra in a corollary way.

Key words:

Director Plans; Spatial (re) organization in Guaíra; Touristic activity; Sete Quedas.

1 Doutor em Geografia, professor do curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – ONIOESTE (*Campus* Marechal Cândido Rondon), do Mestrado em Geografia (*Campus* de F. Beltrão) e do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (*Campus* de Toledo). Pesquisador do Getter e Gepec. E-mail: ebelo@unioeste.br.

2 Geógrafo, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio do Curso de Economia da UNIOESTE (*Campus* Toledo). E-mail: flamar@gmail.com.

O objetivo deste artigo é analisar a (re)organização do espaço no município de Guaíra-PR, após o desaparecimento das Sete Quedas – início da década de 1980 –, através dos Planos Diretores de 1980 e 1992. Este estudo usa os referidos planos diretores porque ambos marcam dois períodos distintos e importantes da história da cidade e que, portanto, são os balizadores de uma nova perspectiva socioespacial de Guaíra.

Os saltos das Sete Quedas se constituíam em um conjunto de sete grandes saltos oriundos de acidente geográfico no leito do rio Paraná - linha de fronteira entre o Brasil e o Paraguai na porção oeste do Estado do Paraná - e que teve seu fim com a formação do Lago de Itaipu.

Esta paisagem natural, as Sete Quedas, devido à sua atratividade, contribuiu no passado para o desenvolvimento econômico do município, colocando Guaíra no circuito nacional da atividade turística. O atrativo turístico dos saltos das Sete Quedas, que gerava um fluxo contínuo de pessoas e dinamizava a economia do município, foi substituído, com a submersão das Sete Quedas, por uma nova realidade.

A partir desta realidade se institui um novo padrão de acumulação capitalista. A paisagem, que contava um pouco da história do lugar e de seu povo, é substituída gradativamente por novos agentes promotores do espaço urbano³, agentes que irão estabelecer um novo ritmo de relações socioeconômicas, pois a produção do espaço urbano é parte do processo de produção capitalista, inserindo-se nessa lógica de acumulação.

O município de Guaíra está localizado na Mesorregião Oeste do Paraná, às margens do Lago de Itaipu, e faz divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul e com o Paraguai, conforme Figura 1. Além da proximidade com o Paraguai e com o município de Mundo Novo-MS, Guaíra está inserido na região denominada Costa Oeste, composta por quinze municípios, todos lindeiros ao Lago de Itaipu (Terra Roxa, Mercedes, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras, Santa Helena, Diamante D'Oeste, Missal, Itaipulândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Foz do Iguaçu).

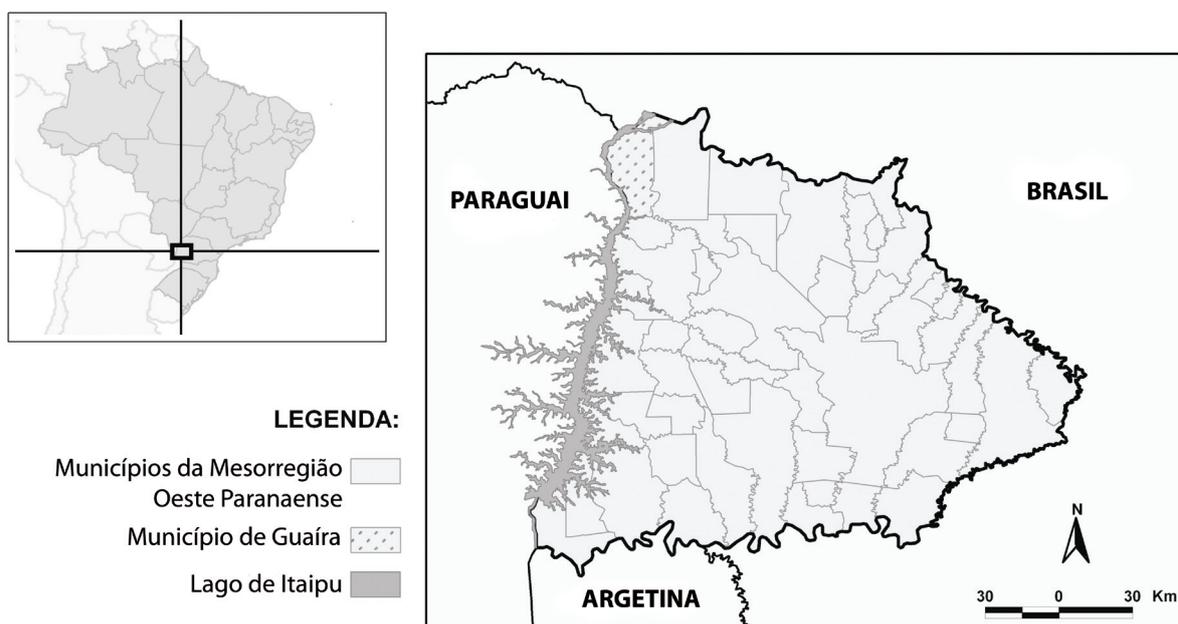


FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DE GUAÍRA

BASE CARTOGRÁFICA: IBGE (2001; 2003). ORGANIZAÇÃO: autores. ELABORAÇÃO: REOLON, Cleverson A.

O território e adjacências onde se localiza Guaíra foram ocupados por portugueses e espanhóis em período paralelo à colonização do Brasil. Muito tempo depois, em 1882, o imperador do Brasil, através do Decreto Imperial número 8.799, de 9 de dezembro, autoriza Thomaz Laranjeira a colher erva-mate nos limites da província de Mato Grosso.

3 O espaço urbano é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço (LEFEBVRE, 2004; GOTTDIENER, 1993; SANTOS, 1992; LOBATO, 1989).

No ano de 1902, a empresa Mate Laranjeira se estabelece em Guaíra e dá início às obras e mensur⁴ nesta porção do território brasileiro. A companhia funda então o Porto Monjoli e os primeiros prédios são edificados no lugar que passaria, por decreto do governo estadual, a se chamar Guaíra. Talvez tenha iniciado, a partir deste momento, a produção do espaço em Guaíra. A rigor, as intervenções parecem nunca ser isoladas, pois o desencadeamento do processo de produção do espaço, ainda no princípio do século XX, iria desdobrar-se em novas paisagens, produzindo tempos desiguais no espaço de Guaíra. Conforme Santos (1992, p. 49), “A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade”.

A emancipação do município em 1951 marcou o nascimento de um novo período de intervenções. A partir daí a cidade passou a crescer e a receber brasileiros e estrangeiros de várias partes do mundo. As belezas naturais da cidade passaram a chamar a atenção e atividades voltadas à exploração das mesmas foram implementadas, ou seja, a organização do turismo se revelou uma importante atividade de desenvolvimento para o município. Desta forma, a “paisagem natural” foi sendo humanizada, especialmente pela técnica, aqui representada pela construção da barragem de Itaipu⁵, iniciada em 1974, responsável na atualidade por mais de 25% da produção energética no Brasil.

Souza (2002) destaca que “[...] os novos arranjos espaciais proporcionados pela formação do lago produziram e produzem inquestionáveis impactos pelos quais o Estado não se responsabilizou”. O autor pondera que os impactos não se apresentam apenas na esfera social e econômica. Para ele, há danos também no meio físico, biótico e cultural. A formação do Lago de Itaipu, em outubro de 1982⁶, impactou a paisagem existente e mudou o ritmo da cidade.

A formação do Lago de Itaipu para a geração de energia elétrica teve um papel fundamental na nova configuração do espaço no município de Guaíra. Conforme Santos (1996, p. 46): “A cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada.” Para Santos (1996), a técnica é um elemento importante na explicação da sociedade como também é um fundamento da teoria do espaço. E segundo Lefebvre (2004) é por meio do espaço que a sociedade capitalista se reproduz e está, conforme Santos (1992), em permanente processo de transformação.

As inovações como o Lago de Itaipu, o projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Grande (UHI⁷) e a construção da Ponte sobre o rio Paraná contribuíram para uma nova Guaíra, dividindo a cidade em vários bairros, novas ruas e novas demandas, surgindo novas formas espaciais que serão reflexas de um novo período econômico, político, social e cultural para a história de Guaíra.

Como demonstra Carlos (1999), a partir das fragmentações do espaço, nasce o estranhamento devido ao espaço desfigurado, da memória que se perde e da nova realidade implementada pela nova ordem econômica que hierarquiza o espaço. São indícios de novos espaços e tempos para o município impactado pela construção da Hidrelétrica de Itaipu.

A reorganização do espaço com novas obras edificadas no município, sob uma nova paisagem, em função de um novo momento, exigiu um ordenamento adequado à nova realidade, ordenamento novo que vai ser estabelecido pelas diretrizes dos Planos Diretores de 1980 e 1992.

4 “Obras eram os empreendimentos de exploração das propriedades do Oeste e Sudoeste do Paraná antes da colonização moderna da região. Mensur eram os trabalhadores das obras”. Gregory (2002, p. 37).

5 A Usina Hidrelétrica de Itaipu, a maior em produção de energia no mundo, é um empreendimento binacional desenvolvido pelo Brasil e pelo Paraguai no rio Paraná. A potência instalada da Usina é de 13.300 MW (megawatts), com 19 unidades geradoras de 700 MW cada. A produção recorde de 2000 - 93,4 bilhões de quilowatts-hora (KWh) - foi responsável pelo suprimento de 95% da energia elétrica consumida no Paraguai e 24% de toda a demanda do mercado brasileiro” (Informação disponível em: <http://www.itaipu.gov.br/>> Acesso em 30 mar. 2007).

6 “Em 13 de outubro de 1982, com a conclusão das obras da barragem de Itaipu, as comportas do canal de desvio foram fechadas e começou a ser formado o reservatório da usina. O Lago de Itaipu, com área de 1.350 km², foi formado em apenas 14 dias. Nesse período, as águas subiram 100 metros e chegaram às comportas do vertedouro às 10 horas do dia 27 de outubro. Durante a formação do reservatório, equipes do setor ambiental de Itaipu percorreram em barcos e lanchas toda a área que seria alagada, salvando centenas de espécies de animais da região, em uma operação conhecida como Mymba Kuera (que, em tupi-guarani, quer dizer “pega-bicho”)” (Informação disponível em: <http://www.itaipu.gov.br/>> Acesso em 30 mar. 2007).

7 A UHI foi projetada pela Eletrosul e as obras de infra-estrutura começaram em 1983 e abandonadas em 1985. A barragem da usina teria 8 km de extensão, 20 turbinas com capacidade para cada uma de 100.000 kw. A geração de energia deveria começar em 1989. O mesmo projeto seria composto de uma rodovia sobre a barragem e uma ferrovia além de eclusas para viabilizar parte da hidrovia Paraná-Tietê.

O Plano Diretor de 1980 foi elaborado por conta da nova realidade que se apresentava devido à formação do Lago de Itaipu e das obras previstas para a cidade, como a obra da Usina Hidrelétrica de Ilha Grande (UHI), a ferrovia Ferroeste⁸ e a Ponte⁹ sobre o lago ligando o Brasil ao Paraguai.

Estas inovações projetariam Guaíra no cenário econômico nacional, pois deixaria de ser apenas uma pequena cidade interiorana para se transformar em uma cidade de porte médio, com alta densidade demográfica e responsável por uma parcela importante de geração de energia elétrica ao país.

O poder público municipal, pelas diretrizes apresentadas pelo Plano Diretor de 1980, assumiu a responsabilidade de promover a terraplanagem, ensaibramento, pavimentação, coleta de lixo e água potável para a área destinada ao acampamento da companhia Eletrosul que iria construir a UHI. Assim o espaço em Guaíra se transformou em espaço artificial, como observa Santos (1996), pois, para ele, o quadro único, representado pela natureza e que é o cenário da história, vai aos poucos sendo substituído por objetos fabricados, frutos da imaginação e das mãos e máquinas dos homens. Santos (Ibidem, p. 51) assevera que o espaço “é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”.

O Plano Diretor de 1992 foi elaborado para atender às demandas oriundas das lacunas deixadas pelo Plano Diretor de 1980, pois as grandes obras previstas para Guaíra não foram edificadas. Assim, as necessidades da sociedade não foram contempladas no plano diretor anterior.

Para Guaíra, a participação efetiva do poder público nos novos rumos da cidade, caso tivesse existido, poderia quebrar a rigidez do território, como observa Santos (1989). Para ele, a forma espontânea de nascimento e crescimento de uma cidade geralmente é interrompida pelo processo de tecnificação ou industrialização. Esse processo tira da cidade a sua plasticidade, tornando-a rígida, com uma só utilidade, ou seja, servir

ao interesse de determinada indústria. Guaíra tornou-se rígida por ser refém da nova realidade estabelecida pelo contexto de desenvolvimento econômico do país, que demandava por mais energia. Assim, seu território se transformou pela força das exigências estabelecidas pelo mercado, em detrimento às demandas sociais. Essas exigências são idéias fora do lugar (MARICATO, 2000), pois não têm comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade (ou da sociedade) apenas.

Souza (1994) afirma que, ao se tratar de planejamento urbano, não se deve fazê-lo como se fosse sinônimo de urbanismo, onde aparecem apenas as características concernentes à arquitetura, ou seja, reduzi-lo ao planejamento físico-territorial. Para ele, planejamento urbano demanda a observância da economia urbana, da cultura, das formas de organização das populações no contexto político-institucional, dos processos sociais, apego do povo ao lugar, regionalismos, aspectos físico-naturais, mas, sem perder de vista a realidade nacional e internacional.

Desde a sua criação em 1908 (WACHOWICZ, 1982) e, sobretudo, após a emancipação em 1951, Guaíra sempre esteve envolvida com grandes projetos. No princípio, o grande projeto era relativo à extração da erva-mate e da madeira, mercadorias que eram exportadas para a Argentina e, mais tarde, o projeto envolveu a agricultura tradicional, fruto da expansão da fronteira agrícola¹⁰ e do turismo.

Após o início da década de 1970, Guaíra já contava com uma população superior a 32.000 habitantes (IBGE) e tinha sua economia fundada sobre a agricultura, comércio e turismo. Naturalmente que o turismo naquele período não tinha a atenção especial que recebe nos dias atuais, nem havia políticas específicas para a viabilização do mesmo. O potencial natural, contudo, representado pelas Sete Quedas, era capaz de atrair milhares de visitantes todos os meses, proporcionando desta forma uma nova dinâmica à economia do município.

8 O projeto original da Ferrovia Ferroeste compreendia o trecho Guarapuava-Guaíra, mas a sua construção chegou somente até a cidade de Cascavel.

9 No mesmo conjunto de obras que previa a construção da hidrovía Paraná-Tietê e a ferrovia até Guaíra, além da UHI, também estava prevista a construção de uma ponte que ligaria o Brasil ao Paraguai, dispensando assim, a utilização das balsas, em uso até hoje.

10 “[...] a fronteira agrícola no Paraná apresentou condições excepcionais de desenvolvimento a partir dos anos 30 até o início dos anos 70, começando pelo Norte e Sudoeste e culminando no Oeste” (GREGORY, p. 237).

Até 1980 apenas a cidade velha e o centro novo de Guaíra eram pavimentados. Edson Galvão¹¹ relata que as Sete Quedas eram muito importantes para a economia do município. Segundo ele, nos fins de semana não havia vagas suficientes em hotéis e as pessoas dormiam nas praças e sob as marquises dos prédios à espera do dia seguinte para poder visitar os saltos. Era muito comum, segundo o poeta, a cidade receber mais de cem ônibus de turistas em um só fim de semana, e, pondera, “essa gente toda bebia e comia, dava lucro ao povo de Guaíra”. Ele ainda chama atenção para o fato de que Guaíra possuía linhas aéreas regulares com empresas como a Vasp, Corrêio Aéreo Nacional, Rio Sul e Real. O povo tinha trabalho, vendendo lembranças, refrigerantes, água e lanches. Havia pelo menos 18 hotéis na cidade, sempre com lotação absoluta, e hoje o número não passa de 7 unidades. Outros depoimentos corroboram a importância das Sete Quedas para o município, todos registrados por Galvão, 2005:

Sr. Henrique Hessel (Comerciante):

O movimento na cidade era intenso de turistas e também nos inúmeros sítios da redondeza, como Faixinha e Oliveira Castro, que fervilhavam de gente produtiva e honesta. Comércio próspero e emergente. Não se falava em crise e sim de trabalho. Acreditávamos no futuro.

Tânia M. Closs Vanin (Professora):

Bons tempos aqueles... Me recordo que não se falava em desemprego em nossa cidade. Todos tinham oportunidade de trabalho, desde os adolescentes de todas as classes sociais que passavam o dia atuando como guias turísticos, acompanhando excursões e contando histórias que faziam parte de nossa cidade, das Sete Quedas, da Igrejinha de Pedra, do Museu, etc. A cidade vivia inundada de turistas que vinham de todas as partes do Brasil e do exterior.

Simone Vanin (Advogada):

A cidade silenciou. O parque foi fechado. Não havia mais turistas. Restaurantes e hotéis foram fechados. Muitas pessoas que amavam esta terra partiram em busca de oportunidades ou de sua subsistência. Lentamente silenciou o ronco estrondoso das Sete Quedas.

Em matéria do Jornal Ilha Grande de 30 de outubro de 1982, pescadores fazem um desabafo com a nova situação em função da formação do Lago.

Os peixes estão condenados à morte com a destruição das Sete Quedas, pois acabaram com a correnteza, e eles, no esforço de alcançarem as partes mais elevadas do rio, terminam cansados e sem oxigênio suficiente para sua sobrevivência.

Também em matéria do Jornal Ilha Grande de 12 de novembro de 1982, o Sr. Ernest Mann lamenta o destino de aves que habitavam o lugar.

As águas já alcançaram o canal da antiga usina de Guaíra, cobrindo uma extensa área de bosques onde antigamente nutriram sabiás, gralhas, anus pretos e brancos, tangarás, saracuras, frangos d'água e muitos outros pássaros que perderam seu hábitat e em vôos rasantes e nervosos procuram o lugar de seus ninhos, justamente na primavera quando todos estavam chocando seus ovos.

Apesar destes depoimentos, há controvérsias sobre a importância econômica das Sete Quedas para Guaíra, pois, segundo declarações enfáticas do ex-prefeito Kurt Walter Hasper (1964-1985), dadas à revista Panorama em 1985:

Não obstante a extraordinária beleza das quedas, cujo desaparecimento todos sentimos, e os guairenses mais do que ninguém, o município, a rigor, nunca viveu do turismo. Sempre teve um pequeno parque hoteleiro de boa qualidade. Esse fluxo cresceu com as notícias de seu desaparecimento, muitos, não raro, confundindo Guaíra com Foz do Iguaçu.

Além do fim das Sete Quedas, Guaíra foi atingida pelo movimento de tecnificação do campo, assim como a maioria dos municípios da Região Sul do Brasil. Tal processo instaurou um movimento constante de transformações no campo e na cidade. Guaíra, de maneira especial, viveu um capítulo à parte se comparada a outros municípios da região, pois, além do surgimento do binômio soja-trigo com a conseqüente modificação da estrutura rural e urbana, foi também atingida pelo projeto da construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Grande (UHI).

11 Morador antigo da cidade, poeta, e comerciante no período anterior ao alagamento.

As obras que viabilizariam a construção da UHI começaram em 1981 e durariam até 1992. Isso multiplicaria a população de Guaíra por quatro em menos de três anos. A cidade teria de ser estruturada para receber tal contingente populacional. A ampliação da rede de esgoto e de água potável, eletrificação, abertura de novas ruas, criação de novos bairros, construção de escolas e centros comunitários, equipamentos de saúde e áreas de lazer se faziam necessários.

Outro aspecto importante, também de dimensão social, foi o movimento migratório ocorrido imediatamente após o fim das Sete Quedas. Em parte tal movimento é fruto das desapropriações sofridas pelos agricultores que tiveram suas terras alagadas, patrocinadas pela Itaipu Binacional. Tal população migrou para outros Estados e outros tantos passaram a viver no meio urbano de Guaíra. Os que decidiram migrar para o meio urbano, fizeram-no em função das expectativas criadas a partir da promessa de construção da Barragem de Ilha Grande.

Com o intuito de atender a toda a demanda originária da construção da Usina de Ilha Grande, decidiu-se planejar tal crescimento. O Governo do Estado solicitou à Universidade Federal do Paraná (UFPR) a elaboração do Plano de Diretor, denominado de Ação Imediata para Guaíra (PAIG), plano que vigorou de 1980 até 1992. Neste período, os rumos de Guaíra foram norteados de acordo com o que estava previsto nesse plano diretor. Com base em tal plano e de acordo com as demandas previstas para Guaíra, desencadeou-se um período de obras de construção de rede de esgoto e água potável.

Exemplo deste período é a infra-estrutura criada para o Bairro Eletrosul que foi criado em função do início das atividades da construção da ponte sobre o rio Paraná, que serviria para o tráfego de máquinas e equipamentos que seriam utilizados na construção da barragem de Ilha Grande. A criação deste bairro demonstrava a magnitude do projeto e quais os rumos que Guaíra poderia tomar.

Havia um movimento expansionista da cidade em todas as direções, com o nascimento de novos bairros e, conseqüentemente, de novas ruas e novas escolas. Havia a necessidade de acompanhamento das obras de construção de moradias para que atendessem a legislação. Dotar tais bairros com sistema de transporte

coletivo, atendimento à saúde e outras necessidades que surgiam juntamente com o crescimento físico da cidade era de vital importância.

O PAIG estava voltado basicamente ao atendimento das demandas referentes à construção da barragem de Ilha Grande. Os problemas surgidos com a formação do Lago de Itaipu não foram contemplados pelo mesmo.

Embora o turismo em Guaíra não representasse na época do alagamento a maior fonte de renda do município de Guaíra, não se pode ignorar o fato de que muitas pessoas foram atingidas diretamente por tal processo. Os pescadores e as pessoas envolvidas diretamente com a atividade turística ficaram sem fonte de renda. Não houve preocupação do poder público em agir como fonte geradora ou como meio de viabilização de novos postos de trabalho para tal população. Percebe-se, neste episódio, que apenas as forças exógenas agiram sobre e em detrimento dos anseios e necessidades locais.

As ações tomadas pela administração municipal e pelo governo estadual sob a égide do Plano Diretor de 1980 dotaram o município de Guaíra, em 1990, de uma ampla rede de água potável, cobrindo, desta forma, mais de 80% dos domicílios urbanos de Guaíra. O sistema de água potável e esgoto era de responsabilidade do município, que possuía um serviço autônomo, serviço que, devido à grande necessidade de expansão, o município cedeu à empresa de saneamento do Estado, que passou a ser responsável por tal atendimento¹².

De 1982 a 1989 foram construídos em Guaíra alguns equipamentos de lazer com o intuito de aproveitar as potencialidades do Lago de Itaipu. A construção da "prainha" e do "Centro Náutico – Marinas" serviram de local para o desenvolvimento de eventos tradicionais de abrangência regional, como a Festa das Nações¹³ e também eventos de maior repercussão, como o campeonato de *Jet-ski* e o Torneio Internacional de Pesca.

Guaíra também conquistou, com base em tal plano diretor, uma malha urbana com equipamentos bem distribuídos, como centros de lazer, hospitais, escolas, museu, supermercados, o horto-mercado, a construção do Centro Social Urbano, ampliação do posto de saúde, a pavimentação de ruas, incremento da arborização urbana, construção da Escola Amália Flores no bairro Eletrosul e a construção da Praça João XXIII.

12 Informações prestadas em entrevista pela Sra. M^a. Isabel Sundim do Lago, Arquiteta responsável pela elaboração do Plano diretor de 1980.

13 A Festa das Nações foi concebida como uma forma de confraternização entre os diversos povos que vivem em Guaíra, como Portugueses, Japoneses, Paraguaios, Alemães, Palestinos, Sírios, Libaneses e Italianos, e teve sua primeira edição em 1977. Sua finalidade é repassar o lucro apurado para as entidades filantrópicas do município. A primeira edição aconteceu em uma praça no centro da cidade e mais tarde, com a construção das marinas, migrou para aquele local.

O fim do regime militar em 1985 marcou o país política e economicamente. Graves problemas econômicos se apresentaram neste período e muitos projetos do governo federal foram postergados para datas incertas e outros, simplesmente abandonados. O projeto de construção da UHI foi postergado para o ano de 2030 e, posteriormente, foi criado o Parque Nacional da Ilha Grande. Sendo o parque uma área de preservação permanente, este passa a ser um dificultador da retomada do projeto. Com a postergação da construção de UHI, o PAIG, que foi elaborado para atender às demandas de tal obra, tornou-se obsoleto e não era mais possível dimensionar a infra-estrutura e equipamentos urbanos, planejamento, desenvolvimento econômico e social e a expansão urbana e social com base em suas propostas. Desta maneira, foi necessária a elaboração de um novo plano diretor, cujas diretrizes estivessem adequadas à realidade do município.

Apesar dos avanços do Plano Diretor de 1980, o município ainda possuía muitas demandas. A postergação das obras de Ilha Grande gerou uma grande expectativa da população por desenvolvimento econômico e social. O novo plano diretor, que vigorou a partir de 1992, foi concebido com o intuito de adequar Guaíra às grandes obras previstas para a cidade, como a hidrovía Paraná-Tietê, a conclusão da ponte sobre o rio Paraná, ligando o Paraná ao Mato Grosso do Sul, a construção da ponte sobre o mesmo rio ligando o Brasil ao Paraguai e a construção da ferrovia Ferroeste, que ligaria Guaíra ao porto de Paranaguá.

O novo plano diretor da cidade tinha de equacionar o problema da deposição de lixo urbano, feito a céu aberto; tinha de dar diretrizes claras para o desenvolvimento econômico e social, a fim de promover a geração de empregos e renda aos cidadãos; e tinha de criar alternativas de desenvolvimento econômico a partir das águas do Lago de Itaipu, seja através da navegação comercial, do turismo ou de outras atividades oriundas do lago.

Em 20 de novembro de 1991, a Prefeitura Municipal de Guaíra firmou convênio com a Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná (Famepar) e contratou uma equipe técnica para dar início à elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para Guaíra (PDDU).

A área remanescente do Parque Nacional das Sete Quedas, local de preservação permanente, também pode ser aproveitada para a visitação pública. Estas e outras particularidades concernentes às possibilidades de exploração da atividade turística mereceram destaque especial no Plano Diretor de 1992.

O capítulo V do Plano Diretor de 1992, em sua seção I, trata das diretrizes para o desenvolvimento econômico. O artigo 15 apresenta como diretrizes para desenvolver o turismo em Guaíra:

- Incentivar as atividades de divulgação da cidade, suas atrações turísticas e infra-estrutura.
- Organização funcional da Secretaria Municipal de Turismo.
- Criação de material gráfico específico para os pontos turísticos da cidade e eventos tradicionais.
- Promover a restauração de prédios históricos.
- Criação do Museu Municipal.
- Desenvolver o turismo nas áreas consideradas de potencial turístico.
- Criar um calendário de eventos tradicionais no município.
- Criar, através de lei municipal, o amparo legal para a captação de verbas de impostos para fins de turismo.

Em março de 1992, a Famepar fez convênio com a Mineraias do Paraná (Mineropar S/A), para realizar a caracterização do meio físico ou natural onde se assenta a malha urbana de Guaíra. Assim, a ocupação do espaço seria feita de acordo com os recursos naturais existentes, e pela primeira vez em Guaíra o uso do solo seria baseado de acordo com critérios racionais contidos em documento específico.

A formação do Lago de Itaipu não alterou a existência de praias e ilhas a montante das quedas submersas. Estas têm fácil acesso e poderiam se constituir em locais de lazer para a população guairense e potenciais para o desenvolvimento da atividade turística, mas o aproveitamento do Lago para fins comerciais e desenvolvimento econômico e social não se deu.

Algumas ações de âmbito social previstas foram implementadas, como o caso da educação, que passou a receber atenção especial, com a ampliação dos prédios e instalação de equipamentos necessários e adequados para a atividade. A construção de pré-escolas, a conclusão da ponte sobre o rio Paraná e a chegada do ensino superior através da Universidade Paranaense (UNIPAR), embora não estivessem previstas no plano diretor, foram responsáveis por um momento muito importante para a vida da cidade e com um impacto positivo na construção civil.

O Plano Diretor de 1992 previa ações por oito anos, com significativas mudanças para o município. Muitas obras foram, no entanto, frustradas, como a hidrovía Paraná-Tietê, a ponte sobre o rio Paraná ligando o Brasil ao Paraguai e a ferrovia Ferroeste, todas de grande importância para o desenvolvimento de Guaíra e região, incluindo a fronteira. Apenas a ponte ligando o Paraná ao Mato Grosso do Sul foi concluída.

O planejamento, sob a chancela dos planos diretores, gerou uma expectativa de solução racionalizadora para o caos em que se encontravam as cidades. As décadas dos planos diretores de Guaíra, 1980 e 1992, expressam um quadro político que justifica, de certo modo, o fracasso ou a insuficiente execução dos mesmos. Conforme Villaça (1999, p. 230) apud Maricato (2000, p.174):

O planejamento urbano é encarnado numa idéia – hoje nada clara – de plano diretor e passa a ser admitido *a priori* como algo bom, correto e necessário em si. Adquire – no plano da ideologia – uma incrível credibilidade e autonomia, principalmente se lembrarmos que, a rigor, nas décadas de 1980 e 1990, os urbanistas mais atuantes já não sabem o que é um plano diretor, tamanha é a controvérsia entre eles. A ideologia, entretanto, encarregou-se de fazer com que os leigos não só não saibam o que é plano diretor como também lhe atribuíam poderes verdadeiramente mágicos.

A mudança da matriz de planejamento está sendo sinalizada na regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, através da promulgação do Estatuto da Cidade.

De acordo com Fernandes (2002, p. 43), apud Rodrigues (2005, p. 93), a “aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/01) consolida um novo paradigma não só para o planejamento urbano, mas também para a gestão urbana, especialmente, ao regulamentar os novos instrumentos jurídicos de implantação de políticas urbanísticas”.

O Estatuto define também novos padrões e normas de planejamento urbano, critérios para a elaboração de Plano Diretor: aos municípios com população urbana superior a 20 mil habitantes, aqueles integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, aos localizados em áreas de especial interesse turístico, aos que forem atingidos por impacto ambiental de âmbito regional e nacional relacionados à implantação de empreendimentos e atividades econômicas, públicos e/ou privados, independente da dimensão da população.

Embora o Estatuto das Cidades tenha estabelecido uma data limite para a elaboração dos Planos Diretores, ou seja, outubro de 2006, em Guaíra somente em março de 2007 os trabalhos tiveram início (Jornal Ilha Grande, 2007).

O atraso no processo de licitação para a escolha da empresa que elaborará o novo plano diretor deu-se pelo fato de que o processo para Guaíra deve obedecer a requisitos especiais e estar sob a responsabilidade direta do Ministério do Turismo, uma vez que a atividade turística tem uma participação importante na economia do município. Por se entender que a cidade deve receber uma atenção especial, as empresas habilitadas para tal processo têm de atender às exigências maiores do que as habilitadas para outros municípios.

É importante observar quem faz e de que forma será elaborado o plano diretor, pois Braga (1995) ressalta a importância do planejamento e enumera algumas das razões pelas quais os planos diretores não deram certo no Brasil. Segundo ele, as razões são várias. Entre elas destaca que a falta de competência técnica e administrativa por parte da municipalidade para elaborar sozinho o plano diretor foi crucial para a não implementação do mesmo.

Embora o planejamento¹⁴ não seja a solução para todas as mazelas do município, a falta de conscientização do poder público municipal sobre a importância do mesmo também contribuiu para agravar a situação. Ainda existe o fato de grande número de projetos terem sido elaborados por empresas especializadas, porém estranhas à realidade local, gerando, desta forma, projetos tecnicamente perfeitos, porém sem aplicabilidade devido à falta de sintonia com o município.

Um dos princípios do Estatuto da Cidade é “desvendar conflitos relacionados ao planejamento, apropriação, propriedade, gestão e uso do solo nas áreas urbanas. O Estatuto não resolve, nem elimina os conflitos, mas os retira da sombra. Reconhece o predomínio da população urbana e a falta de acesso da maioria aos padrões de urbanidade vigentes” (RODRIGUES, 2005, p.91).

A reorganização do espaço em Guaíra não se deu de forma espontânea, ou seja, decorrente de um processo de desenvolvimento econômico nascido a partir da própria comunidade. O que está configurado neste panorama é que a reorganização do espaço em Guaíra atende às necessidades e aos desejos do mercado e, desta forma, o Estado não se omitiu no que diz respeito

14 Maricato (2000) faz uma radiografia sobre os planos diretores no Brasil, destacando a história do planejamento e demonstra as controvérsias sobre a eficiência dos planos diretores, mas que as cidades não podem prescindir do planejamento.

aos interesses do empresariado e da classe dominante, pois, como diz Lobato (1989, p. 26): “A atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e de reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações.”

Concernente aos interesses empresariais para a dinâmica econômica de Guaíra, Domenciano Neves, do Hotel Deville, diz que o empreendimento do Macuco Eco Aventura é o item que faltava para resgatar e fortalecer o turismo em Guaíra. “Nunca perdemos a vocação para o turismo, perdemos as Sete Quedas, mas continuamos com o rio Paraná e toda a sua beleza natural. Temos um produto a ser explorado, que muitos municípios gostariam de ter, tenho certeza que esse empreendimento da Macuco vai colaborar para o desenvolvimento não só de Guaíra, mas de toda a região.”

O depoimento do empresário acima, em matéria ao Jornal Hoje de 30/3/2007, é revelador, pois representa uma categoria empresarial que não está mais ressentida com a perda das Sete Quedas e vê no turismo uma atividade promissora para o desenvolvimento da cidade.

Além disso, a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), também representa papel importante para a reorganização socioespacial em Guaíra, pois, após a implementação do mesmo, a cidade passou a receber novos empreendimentos no setor de transportes internacionais de cargas. Assim, também a unidade da Receita Federal em Guaíra passou a ter uma movimentação mais intensa.

A existência da Zona Franca em território Paraguai, na cidade de Saltos Del Guayrá, separada de Guaíra apenas pelo Lago de Itaipu, também exerce grande importância para a cidade. Guaíra recebe diariamente um número expressivo de turistas que se dirigem àquela localidade com o intuito de fazer compras, mas que acabam por interagir com a população, com as coisas e com a vida de Guaíra. Esta contigüidade com o vizinho Paraguai permite visualizar um espaço regional, assim como a região é a realidade dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu.

Estes municípios recebem mensalmente os *royalties* da Itaipu Binacional pelas terras alagadas com a formação da represa, cabendo à Guaíra o montante de aproximadamente US\$ 184 mil mensais, tendo acumulado, desde 1991, a cifra de US\$ 44 milhões.

Segundo o empresário Ermínio Vendruscolo, as transformações sociais, físicas e econômicas são incontestáveis, mas esclarece: “Dizem por aí que acabar com as Sete Quedas foi o crime do século. Que seja do século passado. Ainda temos uma eternidade pela frente. Maior que o crime ocorrido com as Sete Quedas, é termos a visão ofuscada, o dinamismo desfalecido, e o ideal sepulto” (GALVÃO, 2005). E esse dinamismo não se desfaleceu, conforme os dados do Produto Interno Bruto (PIB).

O PIB de Guaíra, entre 1970 e 2000, passou de R\$ 42 milhões para R\$ 60 milhões, o que corresponde a um ganho de 40,9% em três décadas (Tabela 1). Assim, o crescimento da economia guairense ficou bem aquém das expectativas, pois seu crescimento médio anual foi de apenas 1,11% a.a. Por outro lado, os ganhos em produtividade, demonstrados pelo PIB *per capita*, ou seja, o produto por habitante cresceu 61,68 % de 1970 a 2000, numa média de 1,71% a.a.

PERÍODO	PIB TOTAL	PIB PER CAPITA	POPULAÇÃO
1970	42.660.000,00	1.297,00	32.651
1980	45.470.000,00	1.739,00	29.091
2000	60.108.000,00	2.097,00	28.663

QUADRO 1 – PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) TOTAL E *PER CAPITA* DE GUAÍRA (PR) – R\$

FONTE: IPEA – www.ipeadata.gov.br e IBGE

Enquanto a variação do PIB total, entre 1970 e 1980, foi de 6,58%, entre 1980 e 2000 essa variação foi de 32,9%. Nesse sentido, a economia de Guaíra dinamizou-se nas duas últimas décadas do século XX, após o esgotamento da sua fronteira agrícola e o alagamento do seu atrativo turístico mais importante, Sete Quedas. A expansão do PIB *per capita* entre 1980-2000 reflete a perda de população em uma economia que começava a se recuperar do baixo dinamismo. A boa notícia é que a população residente consegue ganhos de produtividade superiores à população residente da década de 1970. Isso se explica pela incorporação de novas tecnologias na produção agropecuária, que passou a ser a principal fonte geradora de divisas para o município, conforme a Tabela 2.

Valor Adicionado – Produção Primária	59.734.341
Valor Adicionado – Indústria	27.783.305
Valor Adicionado – Comércio/Serviços	47.409.715

QUADRO 2 – VALOR ADICIONADO POR SETOR DE PRODUÇÃO – GUAÍRA (PR) 2005 – R\$ 1,00

FONTE: IPARDES (2005)

Ao se somar, entretanto, os resultados das atividades exclusivamente urbanas, como comércio e indústria, estes já apresentam números altamente positivos se comparados à agropecuária. Isso denota claramente que as atividades urbanas em Guaíra passaram por uma reestruturação e são responsáveis pela nova realidade de Guaíra, juntamente com o advento da chegada do ensino superior à cidade, bem como a conclusão das obras da ponte sobre o rio Paraná, e tantas outras mudanças na reorganização do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de significativa mudança para a realidade de Guaíra, com o fim das Sete Quedas, a inserção regional. A formação do lago configurou uma nova região, com municípios que estão articulados por projetos e progra-

mas em comum, seja para promover o desenvolvimento, como também para estabelecer circuitos dinâmicos de atividades sociais, culturais e políticas.

É preciso desmistificar a idéia de que Guaíra vive ainda ao impacto do fim das Sete Quedas, pois o tempo está redefinindo novos espaços, espaços novos com significados e conteúdos que suprem a importância das Sete Quedas submergidas. O município adquiriu uma nova dinâmica, com objetos e ações que ressignificam o município na escala local e regional (e, por que não dizer, nas escalas nacional e internacional, especialmente neste período de globalização).

Esse movimento da história nos permite visualizar novas perspectivas de crescimento e desenvolvimento, com paradigmas novos de atuação do Estado, do mercado, da população e da sociedade, instâncias essas que definem os novos agentes sociais na produção e na reprodução da(s) cidade(s).

REFERÊNCIAS

- BRAGA, R. *Caderno do Departamento de Planejamento*, Presidente Prudente, Faculdade de Ciência e Tecnologia/UNESP, v. 1, p. 15-20, ago. 1995.
- CARLOS, A. F. A. O consumo do espaço. In: _____. *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 173-186.
- COSTA, Samuel Guimarães da. Guaíra, 21 anos com Walter Hasper. *Revista Panorama*, Curitiba, p. 10-13, abr. 1985.
- GALVÃO, Edson. *Sete Quedas, sete notas de poemas e canções*. Guaíra: Lex, 2005.
- GALVÃO, Edson. Entrevista concedida a José Flávio Marques da Silva em 6 jan. 2007.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- GUAÍRA inicia a revisão de seu Plano Diretor. *Jornal Ilha Grande*, Guaíra, 8 mar. 2007, p. 8.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico*. n. 1. VIII Recenseamento Geral 1970. Rio de Janeiro, 1973.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Malha cartográfica digital do Brasil*. Rio de Janeiro: 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatcart: Sistema de Recuperação de Informações Georreferenciadas*. Versão 2.1. Rio de Janeiro, 2003. 1 CD-ROM.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). *Cadernos Municipais*. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: 23/4/2007.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Base de dados*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 20/4/2007.
- ITAIPU BINACIONAL. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br>>. Acesso em: 30/3/2007.

- ITAIPU BINACIONAL. *Royalties*. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/>>. Acesso em: 30/3/2007.
- LAGO, Maria Isabel Sundim do. (Arquiteta responsável pela confecção do Plano Diretor de 1981). Entrevista concedida a José Flávio Marques da Silva em 17 nov. 2006.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- LOBATO, R. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias – planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando conceitos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- PARANÁ. Lei n. 981, de 28/12/1992. *Plano Diretor de Guaira, PR*.
- PARANÁ. Lei n. 665, de 1980. *Plano Diretor de Guaira, PR*.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Direito à cidade e o estatuto da cidade. *Revista Cidades*, v. 2, n. 3, p. 89-110, jan./jun. 2005.
- SANTOS, M. *Espaço & método*. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.
- SANTOS, M. Materiais para o estudo da urbanização brasileira no período técnico científico. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 67, 1989.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SOUZA, E. B. C. de. *Estado: produção da região do Lago de Itaipu – turismo e crise energética*. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.
- SOUZA, M. J. L. de. Planejamento integrado de desenvolvimento: natureza, validade e limites. *Revista Terra Livre*, São Paulo, n. 10, 1994.
- WACHOWICZ, R. C. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1982

